O Relatório Mundial sobre a Promoção da Saúde de Refugiados e Migrantes da OMS

El Informe Mundial sobre la Promoción de la Salud de Refugiados y Migrantes de la OMS

WHO World Report on promoting the health of refugees and migrants

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: Este informe, preparado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, traz um resumo das principais informações disponíveis no novo relatório da Organização Mundial da Saúde sobre a promoção da saúde de refugiados e migrantes, publicado em 26 de março de 2026. O relatório tem como objetivo atualizar o monitoramento do progresso relativo ao Plano de Ação Global de 2019-2030 e foi o segundo elaborado pela Organização, sendo o primeiro em 2022. Foram consolidadas evidências globais da implementação de políticas nos Estados-membros da OMS das seis regiões de trabalho da OMS, principalmente a partir da primeira Pesquisa Global sobre Saúde e Migração, realizada entre 2024 e 2025. O relatório traz as necessidades de fortalecer as lideranças, garantir investimentos e aprimorar a coordenação para promover a saúde de refugiados e migrantes.

Palavras-chave: Migração; refúgio; OMS; Plano de Ação Global.

Resumen: *Este informe, organizado por el Grupo de Trabajo sobre Migración, Refugio y Salud Global, resume la principal información disponible sobre el nuevo informe de la Organización Mundial de la Salud sobre la promoción de la salud de personas refugiadas y migrantes, publicado el 26 de marzo de 2026. El informe tiene como objetivo actualizar el monitoreo del progreso del Plan de Acción Mundial 2019-2030 y constituye el segundo elaborado por la Organización, siendo el primero publicado en 2022. Asimismo, consolida evidencia global sobre la implementación de políticas por parte de los Estados miembros en las seis regiones de la OMS, principalmente a partir de los resultados de la primera Encuesta Global sobre Salud y Migración, realizada entre 2024 y 2025. El informe destaca la necesidad de fortalecer el liderazgo, asegurar inversiones y mejorar la coordinación para promover la salud de las personas refugiadas y migrantes.*

Palabras clave: *Migración; refugio; OMS; Plan de Acción Mundial.*

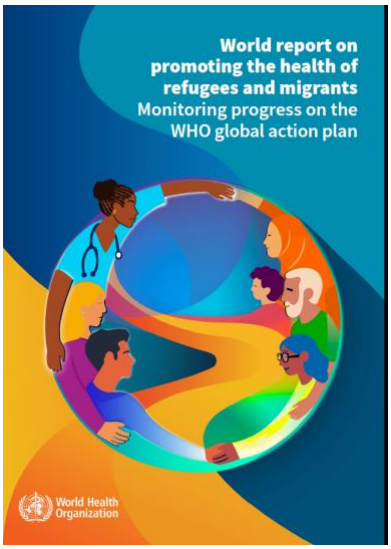
Abstract: *This report, organized by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health, summarizes the main information available on the new World Health Organization report on the promotion of refugee and migrant health, published on March 26 2026. The report aims to update the progress monitoring of the 2019-2030 Global Action Plan and was the second one developed by the Organization, the first being published in 2022. It consolidated global evidence on the Member-states implementation of policies across the six WHO regions, mainly by the*

results of the first Global Survey on Health and Migration, conducted between 2024 and 2025. The report brings out the need to strengthen leadership, secure investments and enhance coordination to promote the health of refugees and migrants.

Keywords: *Migration; refuge; WHO; Global Action Plan.*

Introdução

A mobilidade populacional constitui um fenômeno histórico, com impactos importantes no desenvolvimento social, político e econômico global. No século XXI, a migração e o deslocamento configuram-se como desafios e oportunidades relevantes para a saúde pública, afetando tanto as populações em movimento quanto as comunidades de origem, trânsito e destino. Nesse cenário, a saúde de refugiados, migrantes e populações anfitriãs emerge como uma prioridade estratégica, exigindo respostas coordenadas e baseadas em evidências. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a migração como uma área central da saúde pública e tem atuado, em parceria com Estados-Membros, na promoção de iniciativas que atendam às necessidades e demandas em saúde dessas populações em contextos diversos.



O relatório da atual da OMS integra esse esforço e dá continuidade ao Relatório Mundial sobre a Saúde de Refugiados e Migrantes (2022), ao consolidar evidências e localizar lacunas críticas de dados, ressaltando a necessidade de fortalecer o ampliamento de sistemas de monitoramento e de incluir sistematicamente essas populações no planejamento e na implementação de políticas públicas de saúde e assistência social. Além do mais, o documento apoia a implementação do Plano de Ação Global (GAP) da OMS para a Promoção da Saúde de Refugiados e Migrantes (2019–2030), que orienta ações coordenadas em nível global.

Ao estabelecer uma linha de base para o acompanhamento desse plano, o relatório traz para a centralidade que a saúde global depende da inclusão efetiva de refugiados e migrantes, que frequentemente enfrentam barreiras estruturais, jurídicas e sociais no acesso a serviços. Destinado a formuladores de políticas, pesquisadores e demais atores relevantes, o documento oferece subsídios para a análise dos avanços, destaca o papel central de dados e evidências e orienta a formulação de estratégias futuras para a promoção da saúde dessas populações.

A intersecção entre saúde e migração

A relação entre migração e saúde é complexa e dinâmica, influenciando os resultados de saúde ao longo de todo o percurso migratório, da pré-partida ao reassentamento ou retorno. A migração pode gerar efeitos tanto positivos quanto negativos: enquanto alguns indivíduos enfrentam vulnerabilidades, como exposição à violência, exploração e impactos na saúde mental, outros podem experimentar melhorias decorrentes de melhores condições de vida e maior acesso a serviços de saúde. Além disso, a saúde também atua como fator determinante da mobilidade, seja pela maior propensão de indivíduos saudáveis a migrar, seja pela busca de proteção da vida em contextos de deslocamento forçado.

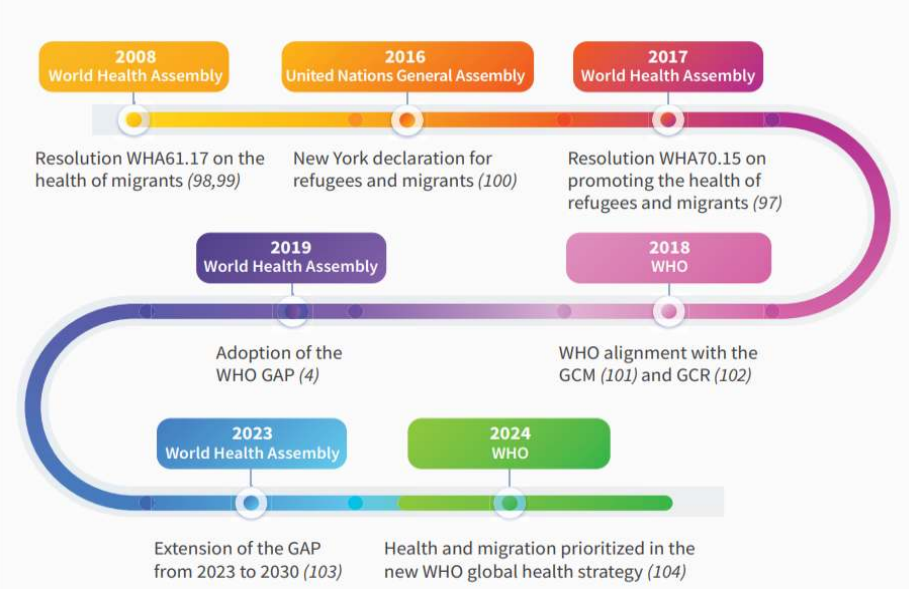
A produção de evidências sobre migração e saúde ainda apresenta limitações relevantes, marcadas por lacunas, subnotificação e falta de padronização entre países. A ausência de dados comparáveis, principalmente com relação a migrantes internos, migrantes em situação irregular e aqueles inseridos na economia informal, compromete análises globais mais profundas e a formulação de políticas públicas pautadas em dados.

Nesse contexto, garantir acesso equitativo aos serviços de saúde para refugiados e migrantes é fundamental para promover sociedades mais inclusivas e sustentáveis. Apesar de avanços recentes, persistem desafios, agravados por restrições orçamentárias e redução da ajuda humanitária. Assim, a integração da saúde de migrantes nas estratégias nacionais de saúde e desenvolvimento consolida-se como um imperativo de saúde pública, sendo o Plano de Ação Global (GAP) um marco estratégico para orientar ações coordenadas e maximizar os benefícios da migração para as populações envolvidas e comunidades anfitriãs.

O Plano de Ação Global e o quadro de monitoramento

O capítulo 3 do relatório retoma as prioridades definidas pelo Plano de Ação Global (GAP) de 2019-2030 para a saúde de refugiados e migrantes e analisa o progresso realizado até o momento. Em primeiro lugar, é retomado o histórico da criação do GAP a partir de alguns marcos, conforme a figura 1. Em 2017, foi aprovada a resolução WHA 70.15 em que foi estabelecido um compromisso político com a promoção dos direitos de refugiados e migrantes, tornando-se um ponto de virada para a promoção de sistemas de saúde inclusivos no âmbito da OMS. Entre os anos de 2017 e 2018, foi realizada uma pesquisa com os Estados-membros para mapear práticas que já estavam sendo implementadas para a saúde de refugiados e migrantes, e a partir desse estudo foi desenhado o GAP, inicialmente compreendendo o período de 2019 a 2023, e aprovado em 2019 como documento não-vinculante para ser implementado com início em 2020. Em 2022 foi publicado o primeiro Relatório Mundial sobre a saúde de refugiados e migrantes e foi alterado o período de duração do GAP para até 2030, com relatórios de progresso em 2025, 2027 e 2029.

Figura 1 – "*Health and migration policy landscape, progress towards action: redefining the narrative*"



Fonte: OMS (2026)

O GAP definiu seis áreas prioritárias de ação e objetivos para o trabalho da OMS com os Estados-membros e parceiros, entre eles a Organização Internacional da Migração e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, considerando a natureza intersetorial da questão migratória. As prioridades definidas foram:

1. Promover a saúde de refugiados e migrantes através de um misto de intervenções em saúde pública de curto e longo prazo;
2. Promover a continuidade e a qualidade dos cuidados essenciais em saúde, e ao mesmo tempo desenvolver, reforçar e implementar medidas de saúde e segurança ocupacional;
3. Defender a priorização da saúde de refugiados e migrantes dentro das agendas nacionais e a promoção de políticas de saúde e proteção social e jurídica sensitivas a migrantes;
4. Aprimorar a capacidade de gerenciar os determinantes sociais da saúde e acelerar o progresso em direção aos ODSs;
5. Fortalecer o monitoramento e os sistemas de informação em saúde;
6. Apoiar medidas para melhoria da comunicação baseada em evidências e contra percepções equivocadas sobre a saúde de refugiados e migrantes.

A OMS também destaca que o GAP foi formulado em linha com outros instrumentos internacionais para uma agenda de saúde global para refugiados e migrantes coerente. Entre eles, a agenda de cobertura de saúde universal (UHC), o regulamento sanitário internacional (IHR), os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), o Mecanismo de Coordenação Global para Prevenção e Controle das Doenças Não-Transmissíveis (GCM) e o Pacto Global sobre Refugiados (GCR). Além disso, o plano também dialoga com iniciativas regionais.

Um dos principais desafios para a implementação do GAP é a falta de políticas baseadas em evidência, consequência das dificuldades de estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação. Diante disso, a Iniciativa Especial para Saúde e Migração da OMS criou o *GAP Monitoring Framework* (GMF), elaborado com o objetivo de acompanhar o progresso do GAP de maneira sistemática, identificando desafios e guiando a formulação de políticas e a implementação de programas ao redor do mundo. Em 2024, foi criado um instrumento padronizado para condução de um estudo global: a Pesquisa Global em Saúde e Migração. O questionário de doze perguntas foi lançado em outubro de 2024 aos Estados-membros e encerrado em fevereiro de 2025, obtendo respostas de 93 dos 111 países que nomearam pontos focais para a pesquisa.

Resultados da pesquisa GMF

O quarto capítulo traz os resultados da pesquisa realizada entre 2024 e 2025 com 93 Estados-membros a partir de seus próprios monitoramentos. No geral, os resultados indicam que em diversas áreas a implementação do GAP está progredindo bem. A maioria dos países reporta ter iniciado a inclusão de refugiados e migrantes nas políticas nacionais de saúde, enquanto outros estabeleceram mecanismos de coordenação governamentais para a promoção da saúde deste grupo. No entanto, o progresso foi mais lento em alguns outros domínios: menos de metade dos países reportaram ter ao menos um componente sobre a saúde de migrantes e refugiados nos planos nacionais de preparação e resposta para emergências, por exemplo. A figura 2 traz os resultados relativos à inclusão de refugiados e migrantes nas políticas nacionais por região de atuação da OMS.

Figura 2 – *"Inclusion of refugee and migrant health aspects in national policies, legislation strategies or plans across thematic areas, by WHO region"*



Fonte: OMS (2026)

Uma das questões identificadas na pesquisa foi que os subgrupos de refugiados e migrantes têm níveis diferentes de acesso a serviços de saúde. Por exemplo, no geral, refugiados têm maior probabilidade de acesso do que migrantes em situação irregular; pessoas deslocadas internamente (IDPs) foram raramente mencionadas como um grupo alvo. Outro ponto é a falta de intervenções específicas e adaptadas para cada subgrupo/comunidade. A pesquisa sugeriu que refugiados e migrantes são geralmente incluídos em políticas gerais para a população como um todo ou dentro de um grupo amplo de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Ademais, muitos Estados-membros estabeleceram mecanismos multissetoriais para a coordenação da saúde de migrantes, mas isso nem sempre é refletido nas intervenções. Em geral, a "colaboração multissetorial" se resume ao diálogo entre ministérios e setores, e não se

aplica à implementação e avaliação de políticas. A pesquisa também evidenciou que mudanças nas prioridades políticas dos Estados impactam diretamente a capacidade de avançar a promoção da saúde para refugiados e migrantes: ao serem perguntados sobre o caminho adiante, muitos respondentes mencionaram incertezas sobre o futuro devido às mudanças nas lideranças políticas e suas respectivas agendas.

A coleta de dados sobre a saúde de refugiados e migrantes também foi um tema de atenção. Embora apenas um terço dos Estados-membros afirmarem coletar e disseminar dados sobre *status* migratório e outras variáveis relacionadas, mais da metade reportou ter medidas para resguardar o uso inadequado dessas informações. Dessa forma, a OMS entende que, na realidade, mais países coletam dados relacionados à migração, porém de maneira não-sistemática ou rotineira. Em adição a isso, a variedade de iniciativas e abordagens reportadas na pesquisa indica que as dinâmicas migratórias são múltiplas, exigindo respostas adaptadas ao nível nacional. Por fim, foi identificada uma necessidade de intervenções direcionadas nas áreas em que a implementação do GAP está atrasada, e a assistência técnica e o apoio para desenvolvimento das capacidades locais tornam-se fundamentais em diferentes áreas.

O caminho a seguir

O Capítulo *"The Way Forward"* (o caminho a seguir) apresenta diretrizes para o avanço da saúde de refugiados e migrantes, destacando que, embora haja progresso, este permanece limitado e desigual. O documento evidencia que a inclusão dessas populações nos sistemas de saúde ainda é fragmentada, com lacunas importantes na produção de dados, na integração à cobertura universal e na capacitação dos profissionais. Assim, o reconhecimento do direito à saúde não se traduz plenamente em acesso efetivo.

No campo da governança, o relatório aponta fragilidades na coordenação institucional e na articulação entre setores, o que compromete a implementação de políticas consistentes. Esse cenário é agravado pela redução de financiamento e pela instabilidade política, que ameaçam a continuidade de programas essenciais. Dessa forma, as respostas permanecem muitas vezes pontuais e insuficientes frente à complexidade dos fluxos migratórios contemporâneos.

Sob uma perspectiva crítica, o capítulo revela uma contradição central: apesar do consenso internacional sobre a necessidade de inclusão, a efetivação dessas políticas esbarra em barreiras políticas e ideológicas. O avanço de discursos anti-imigração e a priorização de agendas nacionais restritivas indicam que a saúde de migrantes está diretamente condicionada por disputas geopolíticas mais amplas, limitando avanços concretos.

O relatório também enfatiza a importância de fortalecer dados e evidências, bem como de desenvolver políticas sensíveis às especificidades das populações migrantes. No entanto, a ênfase técnica pode ser considerada insuficiente sem mudanças estruturais, especialmente no que se refere à participação efetiva dessas populações nos processos decisórios e ao compromisso político dos Estados na garantia de direitos.

Por fim, ao abordar financiamento e cooperação internacional, o capítulo propõe maior mobilização de atores e compartilhamento de conhecimento. Ainda que relevantes, tais estratégias não substituem a necessidade de ações estatais robustas e sustentáveis. Em síntese, o relatório indica que os caminhos estão bem definidos, mas sua implementação permanece limitada, revelando que a saúde de refugiados e migrantes segue como um desafio estrutural nas agendas globais.

Conclusão

Por fim, a conclusão sintetiza os principais argumentos do relatório, ressaltando que a saúde de refugiados e migrantes continua marcada por desigualdades persistentes em relação às populações locais. Apesar de avanços normativos e maior reconhecimento institucional do tema, o acesso equitativo aos serviços de saúde permanece limitado, evidenciando brechas importantes na efetivação de políticas inclusivas.

O relatório reforça a necessidade de fortalecimento de sistemas de saúde capazes de incorporar as especificidades dessas populações, destacando a importância da ampliação do monitoramento, da melhoria dos sistemas de informação e da formulação de políticas baseadas em evidências. Também é enfatizada a relevância da cooperação internacional como elemento estratégico para enfrentar desafios que ultrapassam fronteiras nacionais.

O último capítulo reafirma a integração de refugiados e migrantes nos sistemas nacionais de saúde como eixo central para a promoção da equidade, destacando essa diretriz como fundamental para ampliar o acesso e a qualidade dos serviços. Enfatizando a importância de considerar diferentes contextos nacionais na implementação dessas propostas, reconhecendo que os sistemas de saúde possuem capacidades e desafios distintos. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de adaptação das estratégias às realidades locais, de modo a favorecer a efetividade das políticas e a ampliação da cobertura em saúde.

Referência

OMS. **World Report on promoting the health of refugees and migrants**: Monitoring progress on the WHO global action plan. Genebra, 2026. Disponível em: https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/d62502a5-fd7a-431f-b90c-7864e227e9db/content. Acesso em: 13 abr. 2026.